Produto Interno Bruto e Mercado Financeiro: Reflexões acerca de dois paradigmas

AUTORES:
Me. Sergio Luiz Francisco (Faculdade FGP)

RESUMO: A adoção de paradigmas nas ciências econômicas necessita de frequentes reflexões a medida em que a realidade econômica se impõe. Com o objetivo de trazer à luz dois conceitos clássico dos estudos econômicos, o PIB (Produto Interno Bruto) e o Mercado Financeiro, esse trabalho buscar apresentar duas reflexões sobre esse tema e seu impacto na realidade brasileira, tendo como âncora os pensamentos dos economistas Celso Furtado e Ladislau Dowbor, por meio de uma revisão bibliográfica. Ao final buscou-se atrelar essas reflexões às questões econômicas pontuais tendo como pano de fundo a pandemia pelo Coronavírus.

PALAVRAS-CHAVE: Economia. PIB. Mercado Financeiro. Pandemia. Democracia Econômica.

1. INTRODUÇÃO

A palavra economia deriva do grego oikonomía, originada de óikos, que significa casa, e nómos, que significa lei, tendo, portanto, a significação de administração de uma casa, ou do Estado. Podemos, então, definir a economia como:

> Uma ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas. Em qualquer sociedade, os recursos ou fatores de produção são escassos; contudo as necessidades humanas são ilimitadas, e sempre se renovam. Isso obriga a sociedade a escolher entre alternativas de produção e de distribuição dos resultados da atividade produtiva aos vários grupos da sociedade (VASCONCELLOS apud MALASSISE, 2014).

Desse conceito destacam-se algumas palavras-chave, tais como, ciência, social, decidem, bens e serviços, necessidade humanas e escassos. Dessa maneira conceitua-se a economia como a aplicação de diversas áreas do conhecimento lançando-se mão de métodos de estudos sobre maneiras de garantir não só o convívio, mas também a sobrevivência do grupo. Tal sobrevivência em condições em que o escolhem em que empregarão seus meios de produção, para produzir bens e serviços com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas. É importante observar se produzirmos todos os bens e serviços para satisfazer todas as necessidades até que todos os seres humanos estejam satisfeitos, com certeza esgotaremos os recursos naturais do planeta, daí serem escassos.

Conclui-se que “se há produção de bens e serviços e eles satisfazem as necessidades humanas, ao mesmo tempo isso atende a uma questão econômica. Por meio da produção dos bens, gera-se riqueza que será distribuída pela sociedade. Também podemos ver que do conceito de economia emanam todos os demais estudos da economia que se complementam e ao mesmo tempo permitem sistematizar a análise econômica.” (MALASSISE, 2014)

Assim, privilegiando-se o estudo da melhor alocação de recursos escassos ou da investigação sobre a riqueza, vários economistas de diferentes escolas do pensamento econômico apresentaram estudos e explicações sobre a economia e de acordo com suas concepções criaram paradigmas que, em alguns perpetuaram-se e influenciam o pensamento e práticas em diversas áreas do conhecimento e práticas da sociedade.

Como exemplo, apresenta-se um desses paradigmas existentes e consolidado no ideário econômico brasileiro é o Tripé Macroeconômico. Em linhas gerais, o Tripé macroeconômico foi uma combinação de políticas monetária, cambial e fiscal apoiada em três pilares.

- Metas fiscais – Com elas, o governo se compromete a respeitar determinado patamar de gastos e receitas.
- Câmbio flutuante – Segundo este regime, o preço da moeda nacional em relação à americana no mercado de câmbio varia conforme a dinâmica da oferta e procura no mercado. A autoridade monetária eventualmente pode realizar algumas intervenções para atenuar a volatilidade cambial, isto é, alterações abruptas, mas sem fixá-lo em algum patamar. Dá-se a isso o nome de flutuação suja.
- Metas de inflação – Nesse sistema, cabe ao Banco Central do Brasil perseguir uma meta de inflação — medida pelo IPCA — pré-estabelecida. Essa meta se situa em uma margem, contendo um centro, um piso e um teto, determinada anualmente pelo Conselho Monetário Nacional. O intervalo de tolerância em relação ao centro normalmente é de 1,5 ponto percentual (p.p.) para cima ou para baixo e, em caso de descumprimento, o presidente da instituição deve esclarecer em carta aberta ao Ministro da Fazenda. O principal instrumento que o Banco Central utiliza para cumprir a meta é a taxa básica de juros (Selic), definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) a cada 45 dias. O sistema foi elaborado para melhorar para as expectativas dos agentes econômicos sobre a inflação futura e, assim, reduzir incerteza na economia.

O Tripé Macroeconômico estabeleceu-se durante o governo do presidente Itamar Franco no ano de 1994 em face da implantação do Plano Real e sua longeva espinha dorsal perpassou os demais governos, de variados alinhamentos ideológicos, dado ao êxito do plano no controle da hiperinflação e estabilidade da moeda. O mesmo *remédio* foi ministrado de acordo com suas devidas prescrições nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique, nos dois do presidente Lula, nos mandatos da presidente Dilma Roussef (segundo mandato concluído pelo vice-presidente Michel Temer) até o governo atual do presidente Bolsonaro.

Em todos os casos, os Ministros da Economia (ou cargo similar) advindos do mundo das grandes corporações financeiras (grandes bancos) ou do mercado financeiro, em hipótese alguma colocaram e colocam e xeque (ou em dúvida) esse paradigma.

No entanto, em seu livro “Consenso e contrassenso – Por uma economia não dogmática”, o economista André Lara Resende, um dos idealizadores do Plano Real e tal maneira um dos responsáveis pela adoção e perpetuação do Tripé Macroeconômica como base das políticas econômicas do Brasil, aponta para a necessidade da quebra desse

paradigma e vai além, sugere a possibilidade do engano em o país ter-se dado como tutelado por esse durante tanto tempo.

O exposto por Resende consiste em tal "ortodoxia macroeconômica preconiza o equilíbrio fiscal, em qualquer circunstância, e o uso da taxa de juros para o controle da inflação", no entanto, "no Brasil, a taxa de juros foi mantida em níveis extraordinariamente altos por mais de duas décadas, o que desestimulou o investimento e agravou o desequilíbrio fiscal que a ortodoxia macroeconômica pretende combater." (Resende, 2020)

Estimulado por essa reflexão iniciada pelo economista André Lara Resende sobre esse paradigma econômica estritamente presente e concreto na realidade econômica brasileira, o presente trabalho buscará apresentar duas reflexões sobre outros conceitos do estudo da economia. Inicialmente apresentar uma reflexão acerca do Produto Interno Bruto e seu papel como um indicador do crescimento econômico em detrimento ao sugerido desenvolvimento econômico. Para firmar essa reflexão, contar-se-á com as considerações do economista Celso Furtado. Posteriormente, propor-se-á uma reflexão sobre o Mercado Financeiro e a ideia de investimento quando confrontado à necessidade de uma sociedade de produção. Nesse momento, o exposto pelo economista Ladislau Dowbor, com sua Democracia Econômica, direcionará tal reflexão. Ao final, ambas as reflexões encontrarão eco em contextualizações propostas em situações reais envolvendo a atual situação econômica do país em face da pandemia pelo Coronavírus.

2. PIB – PRIMEIRA REFLEXÃO COM CELSO FURTADO

O PIB (Produto Interno Bruto) é o termômetro da economia de um país estando diretamente ligado à elaboração e execução de políticas públicas e dessa forma, possui uma ligação umbilical ao bolso dos cidadãos. O cálculo do PIB é baseado na soma de todos os produtos e serviços finais produzidos no país, no Brasil esse índice é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) levando em consideração o valor gasto em toda a cadeia de produção.

> *A partir da performance do PIB, pode-se fazer várias análises, tais como:*
> - *Traçar a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho ano a ano;*
> - *Fazer comparações internacionais sobre o tamanho das economias dos diversos países;*
> - *Analisar o PIB per capita (divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos.* (IBGE, 2021)

Segundo o IBGE o PIB calculado em 2020 para o Brasil foi de 7,4 trilhões de reais, algumas variantes desse levantamento são apresentadas também, tais como o PIB per capita (ou por habitante) que correspondeu a R$ 33.593,82 no ano de 2018, ou PIB no primeiro trimestre de 2021 que foi calculado em 2,0 trilhões de reais. Comparações com valores calculados anteriormente apontam tendências de crescimento ou não da economia. Outro exemplo, segundo o IBGE a comparação entre o PIB do primeiro trimestre de 2021 e 2020, aponta para uma retração no crescimento, ou seja, um aumento negativo de -3,8% na arrecadação.

Para o cálculo do PIB, são utilizados diversos dados; alguns produzidos pelo IBGE, outros provenientes de fontes externas, esses são alguns:

- Balanço de Pagamentos (Banco Central)
- Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ (Secretaria da Receita Federal)
- Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA (FGV)
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE)
- Produção Agrícola Municipal - PAM - (IBGE)
- Pesquisa Anual de Comércio - PAC (IBGE)
- Pesquisa Anual de Serviços - PAS (IBGE)
- Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (IBGE)
- Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa (IBGE)
- Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF (IBGE)
- Pesquisa Mensal de Comércio - PMC (IBGE)
- Pesquisa Mensal de Serviços - PMS (IBGE)

Acompanhando esse indicador entende-se a eficiência de um país com a possibilidade de comparação a outros países. O PIB também influencia outros indicadores da economia, tais como a inflação. Mas como indicador o PIB aponta para um dos objetivos da política econômica de um país (objetivos esses resumidos em quatro pilares fundamentais que englobam as principais necessidades de participação do Estado para o real atendimento do papel de um governo, sendo eles: crescimento da produção e do emprego, controle da inflação, equilíbrio nas contas externas e melhor distribuição da renda gerada), o que mais se destaca, Crescimento econômico.

O crescimento econômico representa condição de absoluta necessidade para uma economia, haja vista que a qualidade de vida em uma economia depende, sobretudo, do desenvolvimento que essa economia apresentar. No entanto é preciso distinguir crescimento econômico de desenvolvimento econômico. Os países ao buscarem atingir melhores níveis de desenvolvimento econômico pretendem promover a melhoria do bem-estar de seus cidadãos.

> Geralmente o desenvolvimento econômico de um país é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A elevação do IDH surge como resultado do aumento da renda real per capita por um longo período de tempo e é um índice que contempla três dimensões que são: expectativa de vida ao nascer, acesso a escolaridade e renda per capita. O IDH varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido o país e melhores são as condições de vida de seus cidadãos. (Malassise, 2014)

Dessa maneira, tem-se o PIB como um indicador importantíssimo para o direcionamento das políticas, no entanto, a qualidade de vida de um povo está para além das indicações de crescimento econômico.

> O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo. (IBGE, 2021)

Dentre os indicadores econômicos da esfera macroeconômica, pode-se citar o índice de Gini, que foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini. Esse índice é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em um país ou grupo específico. A dinâmica consiste em apontar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

> Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas) para o Desenvolvimento, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. (IPEA, 2020)

O renomado economista brasileiro Celso Furtado, dedicado ao estudo da formação econômica brasileira, em seu livro “Em busca de novo modelo - Reflexões sobre a crise contemporânea”, aborda a necessidade de uma nova visão sobre os indicadores econômicos de tal maneira a romper com paradigmas estabelecidos. Isso devido à necessidade de, na intenção de aplicar a ciência econômica na resolução das questões práticas da sociedade,

superar a ortodoxia utilizando como prisma a realidade do país, ou seja, as condições reais de seu povo e os efeitos da economia sobre ele.

Furtado aponta que a responsabilidade do economista a análise dos grandes desequilíbrios que originam os grandes problemas econômicos do mundo, porém, quanto a esse economista:

> haverá lido de forma assistemática muito material sobre desenvolvimento econômico, conquanto nem sempre tenha encontrado conexão clara entre essas leituras e a realidade. (Furtado, 2002, p.69)

Acerca dessa transposição do material sistematizado pelas doutrinas ao encontro da realidade, propõe uma reflexão sobre as indicações que apontam o PIB, e sua variante renda *per capita* "que pretende medir o grau de desenvolvimento" (Furtado, 2002), em detrimento às condições econômicas do povo.

A reflexão original calca-se em comparações entre alguns indicadores econômicos brasileiros e os mesmo indicadores referentes à Índia, país com população aproximadamente seis vezes maior (enquanto a população do Brasil corresponde a aproximadamente 210.147.000 de habitantes, enquanto a população da Índia corresponde a aproximadamente 1.366.417.754 de habitantes), ou seja, procura-se confrontar a percepção por meio do PIB e da renda *per capita* e a indicação do índice de Gini.

Segundo o site "*Country Economy*" o PIB anual do Brasil no ano de 2020 foi de aproximadamente 1,492 trilhões de dólares, apresentando uma renda *per capita* de 7.095 dólares. Por outro lado, o PIB anual da Índia no mesmo período foi de aproximadamente 2,731 trilhões de dólares, apresentando uma renda per capita de 1.999 dólares.

Tais resultados comparativos trazem a tona algumas percepções relativas ao crescimento econômico como por exemplo o fato de, em possuindo uma população correspondente a 15,4% da Índia, o PIB brasileiro corresponde à 54,6% do PIB indiano. Isso alavancaria o Brasil em uma condição superior à Índia no quesito crescimento econômico, e essa condição é ratificada à medida que se comparam as rendas per capitas. Nesse caso, a brasileira corresponde à 355% da indiana.

Se de fato, a renda per capita pretende medir o grau de desenvolvimento, pode-se sugerir que Brasil possui posição privilegiada economicamente, estando acima da média mundial. De acordo com o site "*Trading Economics*"(2021), o Brasil ocupa a posição de número

64 em um ranking de 189 países, logo abaixo da Rússia e acima do México, enquanto a Índia ocupa a posição de número 140.

Por outro lado, outros indicadores apontam o antagonismo dessas percepções, considerando-se que o desenvolvimento econômico se firma quando atrelado ao estado de bem-estar da população, aponta-se para o problema da pobreza observada no país como o "calcanhar de Aquiles" desse pretenso desenvolvimento. Haja vista que para o crescimento de economia harmonizar-se com o desenvolvimento econômico, dentre outras percepções está a distribuição da renda e da riqueza produzida. O oposto a esse movimento, é o grau de concentração dessa renda e dessa riqueza. Essa percepção é apontada pelo índice de Gini.

De acordo com o Banco Mundial (2019), o índice de Gini do Brasil é de 53,4%, enquanto o da Índia é de 35,7%. Tais indicadores apontam para uma maior concentração de renda no Brasil em comparação à dinâmica econômica de distribuição de renda indiana.

Por outro lado, o caderno de Economia do site UOL (2021) aponta que taxa de Poupança Bruta no Brasil foi de 15% do PIB brasileiro no ano de 2020, enquanto, de acordo com o site CeicData (2021), os dados de variação da Poupança Bruta da Índia foram registrados em 31,4% do PIB indiano no mesmo período.

Sobre esses dados, Celso Furtado traz à luz a realidade expressa pelos indicadores, de tal maneira que "a Índia tem uma renda muito menor por habitante, mas uma poupança muito superior" (Furtado, 2002).

Essa contradição entre maior renda *per capita* e menor poupança e vice-versa é esclarecida a partir da compreensão de que no Brasil

> os 20% de mais alta renda absorvem cerca de 70% desta. Na Índia, 40% da renda total são apropriados pelos 20% mais ricos... os 20% menos favorecidos da Índia recolhem 9% da renda, ao passo que no Brasil essa mesma percentagem de população fica apenas com 2% da renda nacional. (Furtado, 2002)

Tem-se em conta que a população indiana possui um nível de poupança superior à brasileira, mesmo possuindo o indicador de renda *per capita* muito inferior ao apresentado no Brasil, ou seja, mesmo possuindo um nível de vida substancialmente mais baixo.

Esses dados comprovam "que o problema da pobreza no Brasil não reflete uma escassez de recursos, e sim uma forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda" (Furtado, 2002).

3. MERCADO FINANCEIRO - SEGUNDA REFLEXÃO COM LADISLAU DOWBOR

O economista Eduardo Moreira, em seu livro "Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa", para além de qualquer teoria monetária, com a intenção de provocar seu leitor sobre o conceito de riqueza apresentou a seguinte ideia:

> Se você quer saber a diferença entre dinheiro e riqueza, tranque uma pessoa dentro de um cofre com 10 milhões de dólares por uma semana e veja se ela vai se achar rica. (Moreira, 2019)

Nessa linha de raciocínio pode-se propor que riqueza corresponde a algum bem ou serviço que será produzido, o qual atenderá as necessidades ou desejos de alguém ou um grupo na sociedade. Por outro lado, o dinheiro surge como um instrumento que expressa a valoração da riqueza produzida viabilizando, dessa forma, seu comércio.

Outro exemplo apresentado por Moreira refere-se a uma metáfora relacionando a dinâmica de aquisição da riqueza a uma caixa de areia.

> Comecei a falar sobre economia comparando uma comunidade a um parque de areia. Mostrei que a riqueza do parque era a areia...Todas as vezes em que houvesse montes de areia no parque, podíamos ter somente uma certeza: ali, em algum lugar, haveria buracos. As duas únicas maneiras de tapar esses buracos, portanto, seriam derrubar um pouco da areia dos montes ou trazer mais areia para o parque. (Moreira, 2017)

A partir de uma provocação como essa acerca da riqueza e de um fenômeno denominado pelo professor Ladislau Dowbor, em seu livro "Democracia Econômica – Alternativas de gestão social", como a "financeirização da ciência econômica" (Dowbor, 2013) perpassa-se pela realidade do mercado e sua ação diante de uma sociedade que precisa gerar riqueza, ou seja, por meio do investimento produzir bens e serviços e distribuí-los democraticamente. Assim o cerne da prática econômica aflora da necessidade de se "assegurar uma sociedade economicamente viável, socialmente justa, e ambientalmente sustentável" (Dowbor, 2013).

A fim de se construir uma ideia, considere uma estrutura financeira que chama a atenção, dado a sua eficiência na superação de crises, é a alemã. Considerada a economia mais sólida do mundo, recuperou-se do pós-guerra por meio de sua "Economia Social de Mercado (ESM)", um conceito definido pelo seu criador, no ano de 1945, economista alemão Alfred Müller-Armack como a combinação do princípio da liberdade de mercado com o princípio da equidade social. Superou a crise do petróleo entre os anos 1970 e 1980, as consequências econômicas atribuídas ao processo de reunificação nos anos 1990, bem como, a recessão mundial de 208-2009 e a crise do Euro no ano de 2016, firmando-se como "um dos três maiores

exportadores globais, como crescimento *per capita* mais alto do mundo desenvolvido e um índice de desemprego de 6,9%, bem inferior à média da eurozona, de 11,7%", de acordo com o site da BBC Mundo (2016).

Segundo o professor Reint Gropp, presidente do Instituto Hall para a Investigação Econômica (IWH), da Alemanha, o segredo do êxito alemão deve-se a seu sistema financeiro, pois, "é um sistema baseado na cooperação e no consenso mais do que na competência, e que cobre toda a teia socioeconômica, desde o setor financeiro ao industrial e ao Estado" (BBC Mundo, 2016). O pano de fundo a essa estrutura encontra-se a "Economia Social de Mercado" que teve sua origem na Alemanha Ocidental do pós-guerra e se manteve, desde então, como uma espécie de política de Estado.

> Ao longo dos séculos, o sistema bancário alemão se ramificou em três pilares bem distintos entre si – e, na atual crise, esse modelo tem se mostrado bem mais estável que o de outros países. Um desses pilares é o dos bancos privados, como o Deutsche Bank e o Commerzbank, que, assim como no Brasil, atendem a todo tipo de clientes e negócios e estão presentes em todas as regiões do país.
> O segundo pilar é composto pelas cooperativas de crédito, atuantes principalmente nos setores agropecuário e de ofícios manuais e que possuem a maior rede de agências da Alemanha, com 1.250 unidades. Ele originou os bancos cooperativos populares Volksbank e os bancos cooperativos Raiffeisenbank, cujo nome lembra o fundador desse sistema de crédito, Friedrich Wilhelm Raiffeisen.
> O terceiro pilar é composto pelas caixas econômicas, as chamadas Sparkassen. Elas têm uma missão pública: fornecer crédito às pequenas empresas e ao cidadão comum – o lucro não é sua meta maior. (DW, 2021)

As críticas pelos bancos privados ao modelo alemão são apresentadas sob a alegação de concorrência desleal dos bancos públicos, por estes obterem, junto ao Estado, condições mais vantajosas de refinanciamento. Por outro lado, em momentos de crise, esse modelo se mostra mais estável, quando comparado ao sistema norte-americano de bancos especializados.

> Os bancos também participam ativamente dos empreendimentos não financeiros (principalmente no setor produtivo), seja como credores e acionistas, seja pela capacidade de exercer poder por meio da participação nos conselhos de supervisão ou pelo direito de votar por procuração nas reuniões dos acionistas.
> Seu papel de credor é decisivo para as pequenas e médias empresas, dentre outros aspectos, pelo histórico e fechado relacionamento que une os bancos aos empreendimentos produtivos (conhecido como princípio hausbank), minimizando sobremaneira os problemas relacionados à assimetria de informações, particularmente acentuada nestes setores. (Corte, 2002)

Regressando à realidade brasileira e firmado no imaginário de Paulo Freire sobre a busca de "uma sociedade menos malvada", expõe-se um sistema financeiro diametralmente oposto ao observado na Alemanha, e se o sucesso da solidez econômica desse país está

baseado nessa estrutura, não há o que ser otimista quanto às superações das crises econômicas no Brasil. Porque para essas superações:

> impõe-se formular a política de desenvolvimento com base numa explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais (Dowbor, 2013).

O que se aponta é a necessária e essencial mudança do enfoque das contas econômicas, por exemplo, "um banco que desvia as nossas poupanças para aplicações financeiras especulativas, e apresenta lucros elevados, aumenta o PIB, mas reduz a nossa produtividade sistêmica" (Dowbor,2013) descapitalizando as comunidades à medida que reduz o uso produtivo das poupanças

Dessa vista, se por um lado o sistema alemão de intermediação financeira, que está baseado em pequenas caixas econômicas municipais, não apresenta grandes lucros, por outro, canaliza as poupanças para investimentos socialmente úteis, contribuindo para a geração de melhores condições de vida para as pessoas. Nessa visão, o lucro tem de ser social enquanto a produtividade assume uma forma sistêmica.

> As pesquisas teóricas dominantes, curiosamente, não se preocupam em tornar as nossas poupanças mais produtivas com investimentos que geram mais riqueza e empregos, mas em gerar instrumentos mais avançados para se fazer dinheiro com aplicações financeiras. Assim a área das finanças passou a ser analisada de forma isolada das suas consequências e utilidade econômica, e a especulação financeira adquiriu nas ciências econômicas um papel central, como se trocar papéis por outros papéis aumentasse magicamente a qualidade da saúde ou a produção de alimentos. (Dowbor, 2013)

A essência da especulação financeira está no acúmulo de riqueza sem, no entanto, produzi-la. De certa maneira, especuladores vivem do esforço alheio, e inevitavelmente, o seu ganho consiste naquilo que outro alguém perde. Paradoxalmente, tanto países como pequenos produtores quando em dificuldades requerem de mais capital para se reequilibrar, e é justamente neste momento em os capitais especulativos fogem ou tornam-se mais caros.

> A liberalização dos fluxos de capital que deveria teoricamente "canalizar fundos para os seus usos mais produtivos" leva pelo contrário à drenagem dos recursos para fins especulativos, e força as empresas a buscarem o autofinanciamento, gerando um feudalismo financeiro em que cada um busca a autossuficiência, perdendo-se justamente a capacidade das poupanças de uns irrigarem os investimentos de outros. (Dowbor, 2013)

E de maneira geral, as aplicações financeiras que são chamadas de investimentos pelos banqueiros e operações do mercado financeiro, levam ao enriquecimento de apenas um grupo de indivíduos ou conglomerados, os intermediários. Esses intermediários não geram ativos

novos e esse enriquecimento sem a devido produção do correspondente, não passa de apropriação da produção de terceiros, ou seja, "se faz com o nosso dinheiro, e não com o dinheiro dos próprios intermediários" (Dowbor, 2013)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "Corona Vírus (COVID-19, agora chamado de SARS-CoV-2) teve início na China, em dezembro de 2019 e foi transmitido rapidamente, de tal forma que em poucos meses esse vírus se espalhou em vários países. Com isso, os governantes tomaram medidas rigorosas de segurança para evitar a disseminação do vírus, como o fechamento de estabelecimentos comerciais e o isolamento das pessoas em suas casas permanecendo abertos apenas os serviços considerados essências à população.

Diante disso, as empresas, de maneira geral, sofreram drasticamente com a queda no consumo, ocasionando uma grave crise econômica mundial. Para Tobler e Bittencourt (2020), conforme pesquisa do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getúlio Vargas, alguns setores da economia tiveram problemas consideráveis, ocasionados, principalmente, pela redução da demanda e pelo fornecimento de insumos importados. Uma expectativa de impacto para os setores mais afetados pela pandemia pode ser descrita pela tabela a seguir:

Tabela 1 - Segmentos mais afetados pela Pandemia

Maq. e materiais elétricos.	**91,5%**
Petróleo e Biocombustível	90,5%
Limpeza e Perfumaria	90,2%
Informática e eletrônicos	89,4%
Couros e calçados	85,9%
Veículos automotores	82,7%
Metalurgia	82%

Fonte: Tobler e Bittencourt (2020).

No universo dos pequenos negócios o impacto não foi tão diferente, pelo contrário, ocasionou muitas mudanças. O Sebrae-UEG (2020, p/2) fez uma pesquisa quantitativa em 2020 por meio de um formulário online, abrangendo um universo de 17,2 milhões de pequenos negócios, para saber se as empresas mudaram ou não as estratégias de trabalho em função do impacto da COVID-19 apresentados abaixo:

Tabela 2 - Quantas empresas mudaram suas formas de trabalho

Interrompemos o funcionamento temporariamente	58,9%
Sim, mudamos o funcionamento.	31%
Não mudamos a forma de funcionar	6,6%
Decidimos fechar a empresa de vez	3,5%

Fonte: Sebrae – UGE (2020).

O Sebrae – UEG (2020, p/11) também realizou uma pesquisa com alguns representantes de empresas, de micro e pequeno portes, para saber quais seriam as medidas mais relevantes que o governo poderia fazer para evitar o impacto do Coronavírus. Tais expectativas dos empresários são apresentadas a seguir na forma de tabela.

Tabela 3 - Medidas impactantes cabidas ao governo

Empréstimos sem juros	**52,2%**
Auxilio temporário para subsistência do empresário e sua família	49,8%
Reduções de impostos e taxas	33,6%
Aumento das linhas de crédito	33,5%
Redução das tarifas de água e luz	28,1%
Ajuda para pagar o aluguel	24,4%
Ajuda para pagar salários	24,1%
Renegociação dos prazos de pagamentos de impostos e taxas	23,2%
Redução dos juros dos empréstimos	22,1%
Renegociação dos prazos de pagamentos dos empréstimos	20,8%
Moratória de dívidas (aluguel, água, luz, etc.)	18%
Renegociação dos prazos de pagamentos de água e luz	15,9%
Redução nas alíquotas de importações	3,8%

Fonte: Sebrae – UGE (2020).

Diante desse quadro da real situação de desempenho do setor produtivo do país, pode-se regressar aos objetos das duas reflexões anteriores (PIB e Mercado Financeiro) contextualizando-os nesta realidade.

Inicialmente, de acordo com a Agencia de Notícias do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou uma queda de 4,1% em 2020, na comparação com 2019, afetado pelo efeito

da pandemia do coronavírus, fechando em 7,4 trilhões de reais. As expectativas para o PIB em 2021, de acordo com o caderno de Economia do site G1, é de um aumento de 5%.

Segundo o site Poder360 em 01 de junho de 2021, "de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB do primeiro trimestre de 2021 cresceu 1,2%, na comparação com os 3 meses imediatamente anteriores (quarto trimestre de 2020). O resultado, segundo o presidente Bolsonaro, é fruto do esforço do governo para combater a covid-19 e preservar empregos."

Dessa forma, o PIB utilizado como o indicador de recuperação econômica, bem como, apontar um possível efeito promissor das ações do governo, ou seja, políticas públicas direcionadas às atividades econômicas durante esse período de pandemia, não se sustenta.

Na esteira da expectativa do aumento do PIB para o ano de 2021, apresenta-se também a elevação da estimativa da taxa de inflação de 5,82% para 5,90% o mesmo período. E tal fenômeno em determinado grau se autoexplica. A economia mundial tem mostrado forte reação nos últimos meses com a recuperação da atividade produtiva, portanto, busca por *comodities*, que por sua vez correspondem à 63% do valor das exportações brasileiras, ou seja, 6,7% do PIB brasileiro. Alavancado pela alta do dólar (atualmente com o valor de R$ 5,11), as exportações principalmente de minérios, proteína animal e grãos impulsionaram o aumento do PIB e simultaneamente, desabastecendo o mercado interno criaram uma das causas da inflação, o desajuste entre a oferta e a demanda por bens. Ao passo que, pelo já citado aumento do dólar, outra causa de inflação já havia sido acionada, ou seja, a inflação pelo custo.

Não há o que se apontar como sucesso de políticas públicas direcionada aos efeitos nocivos da pandemia à economia do Brasil a partir da alta, ou mesmo da expectativa de alta, do PIB uma vez que pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que no primeiro trimestre de 2021 existiam 14,8 milhões de desempregados (desocupados), com uma taxa de desemprego (desocupação) de 14,7% (razão entre o número de desempregados e a população ativa do país). Também a pesquisa aponta para esse período um total de 6,0 milhões de desalentados, ou seja, trabalhadores que desistiram de procurar um emprego formal e se enquadraram na informalidade, assim como, apontou uma taxa de subutilização de 29,7%, que corresponde à mão-de-obra subaproveitada por conta da falta de colocação no mercado.

Aplica-se assim a primeira reflexão com Celso Furtado sobre a contextualização, na economia real, e consequências de um indicador, como o PIB, superando o fato de que tal informação sobre crescimento econômico "nem sempre tenha encontrado conexão clara entre essas leituras e a realidade." (Furtado, 2002)

Retomando a pesquisa realizada pelo Sebrae – UEG (2020, p/11) para saber quais seriam as medidas mais relevantes que o governo poderia fazer para evitar o impacto do Coronavírus, destacam-se os dois itens com maiores intercorrências. Assim tem-se, a expectativas de empréstimos sem juros (52,2%) e auxílio temporário para subsistência do empresário e sua família (49,8%).

De acordo com Governo do Brasil (BRASIL, 2020, s/p), para diminuir o impacto do COVID-19 no país, principalmente nas empresas de pequeno porte, e ajudar a resguardar o emprego dos funcionários, os governantes tomaram, inicialmente, duas medidas emergenciais, são elas: o adiamento do recolhimento do imposto Simples Nacional pelo período de três meses e uma liberação de R$ 5 bilhões pelo PROGER (Programa de Geração de Renda), mantido com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Outra iniciativa do governo federal no intuito de minimizar os efeitos nocivos à economia causados pela pandemia do coronavírus, foi a Medida Provisória (MP) 944 de 2020 que instituiu o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados.

A Medida Provisória (MP) 944, lançada na primeira semana de abril de 2020, disponibilizou um crédito de R$ 40 bilhões para as pequenas e médias empresas (faturamento anual entre R$ 360 mil e R$ 10 milhões) financiarem suas folhas de pagamento e manterem os empregos. Deste montante, R$ 34 bilhões saíram dos cofres públicos e o restante foi complementado por bancos.

De acordo com o site The Intercept Brasil (2021) a falta de imposição, na Medida Provisória, de contrapartidas aos bancos por parte do governo, as instituições financeiras não cumprem o papel esperado e direcionado por essa ação governamental. Haja vista que do montante, apenas 1,44 bilhão chegou aos caixas das empresas. Isso devido à aplicação de altas taxas de juros e critérios de abusivos para a aprovação do crédito.

Como consequência desse movimento, o site apresenta uma declaração do ex-ministro da economia Ciro Gomes apontando que as instituições financeiras utilizam os recursos não alocados ao crédito em operações compromissadas. Por meio delas, os bancos são remunerados por sua sobra de caixa ao emprestar ao governo federal. Com isso, o pagamento da dívida pública encurta seu prazo de meses para poucos dias. Essas operações estão chegando a proporções de 17% do PIB. A artimanha do mercado financeiro, por meio da MP 944, consiste aqui em tomar recursos com o governo via BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) com taxa de juros de 3,75% ao ano e emprestar esse mesmo recurso ao governo à taxas maiores.

Segundo o site Auditoria Cidadã "a causa da explosão da dívida pública não tem sido, de forma alguma, um suposto exagero dos investimentos sociais (previdência, pessoal, saúde, educação etc.), mas sim, a incidência de diversos mecanismos financeiros sem contrapartida alguma em investimentos públicos, tais como"..." a remuneração da sobra de caixa dos bancos por meio do abuso das sigilosas *operações compromissadas* que chegam a R$ 1,5 trilhão, cerca de 20% do PIB, sem paralelo em qualquer outro país do mundo", ou seja, "emissão excessiva de títulos para formar *colchão de liquidez*". (2021)

A ação especulativa do Mercado Financeiro sobre a economia do país em detrimento ao setor produtivo é saliente e nociva à realidade econômica brasileira, de tal maneira, em acordo com a segunda reflexão com Ladislau Dowbor, necessita ser encarada e seus limites redefinidos.

> A realidade patológica da área financeira vai curiosamente criando os seus antídotos. Enquanto a corrente teórica dominante – e o grosso dos recursos – reforçam as atividades especulativas e o financiamento das corporações, vai se construindo uma outra corrente, que vem responder às prosaicas necessidades de financiamento da pequena e média empresa, da agricultura familiar, das organizações da sociedade civil. (Dowbor, 2013)

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R$ 7,4 trilhões**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes. Acesso em: 15/07/2021

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Para que tem servido a dívida pública no Brasil**. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-no-brasil-por-maria-lucia-fattorelli/. Acesso em: 15/07/2021

BANCO MUNDIAL. **Índice de Gini – Brazil.** Disponível em: https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI. Acesso em 13/07/2021

BRASIL. **Governo anuncia medidas de ajuda econômica para micro e pequenas empresas**. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/governo-anuncia-medidas-de-ajuda-economica-para-micro-e-pequenas-empresas Acesso em: 30/06/2021.

CEIC. **Índia variação da poupança bruta**. Disponível em: https://www.ceicdata.com/pt/indicator/india/gross-savings-rate. Acesso em 10/07/2021

COUNTRYECONOMY. **Compare a economia dos países: Brasil vs Índia**. Disponível em: https://pt.countryeconomy.com/paises/comparar/brasil/india. Acesso em 10/07/2021

CORTE, Carla Cristiane Lopes. **O Sistema financeiro alemão e o financiamento do investimento**: condicionantes históricos no novo marco institucional / Carla Cristiane Lopes Corte. – Campinas, SP: [s.n.], 2002

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? / Ladislau Dowbor. São Paulo: Autonomia Literária, 2017

DOWBOR, L. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social / Ladislau Dowbor. 2.ed. atualizada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013v

DW. **Sistema bancário alemão se mostra estável durante a crise**. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/sistema-banc%C3%A1rio-alem%C3%A3o-se-mostra-est%C3%A1vel-durante-a-crise/a-3707699. Acesso em: 12/07/2021

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: Reflexões sobre a crise contemporânea / Celso Furtado. – São Paulo: Paz e Terra, 2002

FURTADO, Celso. **O Capitalismo global** / Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1998

FREIRE, P., Paulo Freire – In Memoriam, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kshN1mWjo5o, acesso em 01/04/2019

G1. Caderno de Economia. **Mercado financeiro passa a prever alta de 5% no PIB em 2021 e eleva novamente estimativa de inflação.** Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/21/mercado-financeiro-passa-a-prever-alta-de-5percent-no-pib-em-2021-e-eleva-novamente-estimativa-de-inflacao.ghtml. Acesso em: 13/07/2021

IBGE. **Desemprego.**Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php Acesso em: 10/07/2021

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php. Acesso em: 10/05/2021

IPEA. **O que é? – Índice de Gini.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em 10/05/2021

JUSTO, Marcelo. **O segredo que faz da Alemanha a economia mais sólida do mundo.** / Marcelo Justo BBC Mundo. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160131_segredo_alemanha_economia_ab. Acesso em: 14/07/2021

MALASSISE, R. L. S. **Introdução à Economia** / Regina Lúcia Sanches Malassise; Wilson Salvalagio – Londrina: UNOPAR, 2014. p. 2-5

MENDES, C. M. **Introdução à economia** / Carlos Magno Mendes. Florianópolis: departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2009

MOREIRA, E. **O que os donos do poder não querem que você saiba** / Eduardo Moreira. – 2d. – Rio0 de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

MOREIRA, E. **Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa** / Eduardo Moreira. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017

PODER360. **Bolsonaro comemora resultado do PIB: "Voltando ao ritmo pré-pandemia"**. Disponível em: https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-comemora-resultado-do-pib-voltando-ao-ritmo-pre-pandemia/. Acesso em 15/07/2021

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Alemanha: Saiba mais sobre o Sistema Financeiro Cooperativo.** Disponível em: https://cooperativismodecredito.coop.br/2012/09/alemanha-saiba-mais-sobre-o-sistema-financeiro-cooperativo/. Acesso em 14/07/2021

RESENDE, André Lara. **Consenso e contrassenso**: Por uma economia não dogmática / André Lara Resende. – 1ª ed. – São Paulo: Portifólio-Penguin, 2020

SEBRAE-UGE (Unidade de Gestão Estratégica). **O impacto da pandemia nos pequenos negócios**, 2ª edição. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Impacto-do-coronav%C3%ADrus-nas-MPE-2%C2%AAedicao_geral-v4-1.pdf Acesso em: 30/06/2021.

THE INTERCEPT. **Acesso negado: Bancos travam bilhões liberados pelo governo para salvar microempresários na crise do coronavírus**. Disponível em: https://theintercept.com/2020/05/18/bancos-emprestimos-crise-coronavirus/. Acesso em: 14/07/2021

TOBLER, R. BITTENCOURT, V. S. **O impacto do Coronavírus nas empresas e nos consumidores**. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/os-impactos-do-coronavirus-nas-empresas-e-nos-consumidores Acesso em: 30/06/2021

TRADING ECONOMICS. **PIB per capita – Lista de países**. Disponível em: https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp-per-capita. Acesso em: 12/07/2021

UOL, Caderno de Economia. **Taxa de investimento melhora, mas segue perto do pior nível em 50 anos** Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/03/taxa-de-investimento-melhora-mas-segue-perto-do-pior-nivel-em-50-anos.htm#:~:text=Economia-,Taxa%20de%20investimento%20melhora%2C%20mas%20segue%20perto,pior%20n%C3%ADvel%20em%2050%20anos&text=A%20tax. Acesso em: 15/07/2021